

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial, aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação do seu Conselho de Administração (CONAD) este Relatório de Administração referente ao ano de 2021, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

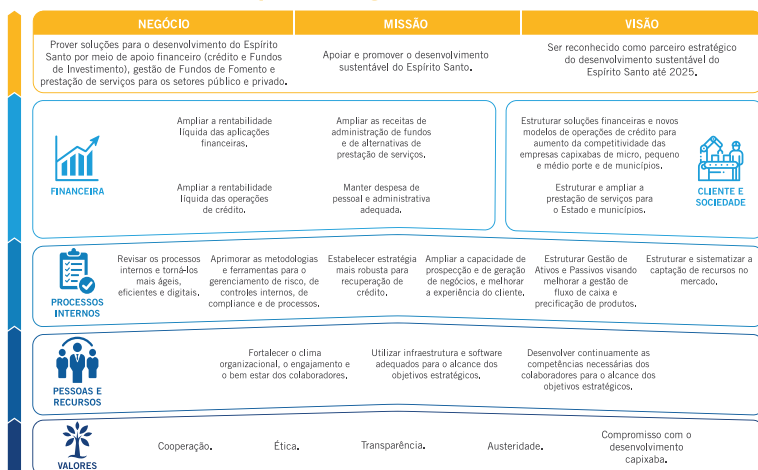
1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. O BANDES tem a **missão** de apoiar e **promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo** e o seu negócio é **prover soluções para o desenvolvimento do Estado por meio de apoio financeiro (crédito e Fundos de Investimento), gestão de Fundos de Fomento e prestação de serviços para os setores público e privado**.

Em 2021 o BANDES revisou sua estratégia de atuação. O Plano Estratégico 2021-2025 reforça a identidade do Banco enquanto instituição de desenvolvimento, com atuação prioritária em falhas de mercado e oferta de crédito para investimentos, bem como auxílio emergencial nas conjunturas econômicas adversas.

Os objetivos perseguidos pelo BANDES estão representados no Mapa Estratégico que segue:

Mapa Estratégico 2021 / 2025



2. Finanças

O BANDES registrou em 2021 o maior lucro líquido da história da instituição: R\$ 50,1 milhões. O resultado positivo é decorrente, sobretudo, de estruturação das aplicações financeiras, da renda com operações de crédito e de recuperação de créditos baixados como prejuízo.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 314,7 milhões, aumento de 16,7% em relação a dezembro de 2020. O ROE, índice de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, de 15,9%, aponta um crescimento superior à inflação acumulada em 2021 (IPCA de 10,06%). Esta correlação da Rentabilidade com o índice de inflação representa que ocorreu uma otimização do patrimônio líquido do Banco.

O BANDES possui R\$ 728 milhões sob sua gestão, sendo R\$ 307 milhões de recursos próprios e captações (CDB e DPGE) e R\$ 384 milhões de fundos administrados, incluindo FUNDAP, FGP e Fundo de Aval, além de R\$ 7 milhões aplicados em Cotas de Fundos de Investimento e garantidor (Criatec 3 e FGI). Os recursos são alocados em aplicações financeiras de títulos e valores mobiliários públicos e privados. De janeiro a dezembro, foram obtidos rendimentos de R\$ 36,3 milhões ao custo de R\$ 13,2 milhões, decorrente das captações, obtendo um resultado líquido de R\$ 23,1 milhões.

Entre as ações para composição de funding, se destaca a captação de recursos por meio de emissão de títulos de dívida, como Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Letras Financeiras e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), a reativação do limite de R\$ 135 milhões para operar como repassador dos recursos do BANDES, aumento do limite operacional com a FINEP para R\$ 67 milhões e a assinatura do contrato de empréstimo no valor de US\$ 30,0 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Apesar do cenário de crise econômica causada pela pandemia, a inadimplência da Carteira de Crédito do BANDES registrou patamar inferior a 2015, anterior à crise hídrica, que impactou os clientes produtores rurais. O Banco começou o ano de 2021 com 7,4% de inadimplência e encerrou com 3,2%, uma diminuição superior a 50%. A redução é resultado de melhorias na captação de clientes e na concessão de crédito, com impacto na qualidade da carteira, e principalmente de ações para recuperação de créditos vencidos, como: aplicação de medidas de cobrança imediatamente após a identificação do atraso, com registro de negativação de todas as parcelas vencidas nos órgãos de proteção ao crédito, terceirização dos acordos de curto prazo para empresas de cobrança credenciadas, ajuizamento das dívidas inadimplidas em menor prazo, renegociações e reclassificações de operações da carteira de crédito.

O Banco obteve um bom desempenho na recuperação de crédito. O valor recuperado em 2021 de créditos inscritos em prejuízo supera o montante de recuperações de crédito nos dois últimos anos, em 29,4% (2020) e 104,3% (2019).

Por meio de leilões administrativos, fiduciários e vendas diretas, o BANDES concretizou a venda de 51 imóveis bens não de uso, totalizando R\$ 11,4 milhões.

Por fim, ainda na perspectiva financeira, o BANDES encerra o ano de 2021 com a rentabilidade líquida das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 157,9% do CDI. Esse resultado foi obtido com uma gestão ativa e maior disponibilidade de recursos, ao mesmo tempo em que se reduziu o risco da carteira, por meio de um melhor controle e diversificação das instituições onde o Banco aplica.

3. Clientes e Sociedade

No ano de 2021, o investimento total liberado alcançou R\$ 929,6 milhões – valor 1,8% superior ao verificado no final de 2020 – compreendendo:

R\$ 51,3 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;

R\$ 782,8 milhões em operações de crédito com risco de fundos, inclusive FUNDAP;

R\$ 95,4 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao FUNSAF, Programa Reflorestar, FUNCITEC e Fundação Renova / Saneamento Prefeituras.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o ano de 2021 totalizando R\$ 571,3 milhões. Com relação a dezembro de 2020, é uma carteira de melhor qualidade e mais diversificada. A atividade agropecuária representa 51,1%, o setor de serviços participa com 22,3%, da indústria com 11,6%, de comércio com 6,1%, administração pública 5,6% e extrativa mineral com 3,4%. Esses percentuais refletem uma mudança de posicionamento de mercado do BANDES, que tem focado sua atuação no crédito e fomento para indústria, comércio, serviço e setor público.

A carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) gerida pelo BANDES passou a ter um capital comprometido de R\$ 40 milhões, sendo R\$ 10 milhões com a participação direta do BANDES no FIP Criatec3 e com a utilização dos recursos do FUNDES nos demais FIPs: Primattec, Seed4Science, Fundo Anjo e Trivella M3 VC4, dos quais foram repassados aos cinco fundos R\$ 16,06 milhões.

Enquanto agente de desenvolvimento do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES, o BANDES publicou, no primeiro semestre do ano, o Edital de Chamada Pública para a seleção de gestores para estruturação de Fundo exclusivo de Investimento em Participações de R\$ 250 milhões. Foram avaliadas 16 propostas, tendo sido a gestora TM3 Capital classificada em primeiro lugar.

Atuando como Secretaria Executiva do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo – Invest-ES, em conjunto com a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico – Sectides, o BANDES aprovou em 2021 o montante de R\$ 11,1 bilhões em projetos de investimento.

No Plano Estratégico 2021-2025 o BANDES reconheceu e reforçou o compromisso com o desenvolvimento sustentável do Estado, priorizando ações de responsabilidade social, ambiental e climática. Neste contexto, no ano de 2021 destacam-se ações voltadas para:

Recuperação econômica:

O Governo do Espírito Santo criou, sob gestão do BANDES, o Fundo de Proteção ao Emprego - FPE, com o objetivo de prover recursos para garantir o acesso facilitado ao crédito, por meio de financiamentos para pessoas jurídicas de direito privado afetadas pela crise econômica e de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Em 2021 foram contratados R\$ 107 milhões em financiamentos.

Como gestor técnico e financeiro do Fundo Renova Giro Microcrédito e MPE, o BANDES repassou em 2021, para empresas capixabas localizadas nos Municípios de Baixo Guandu, Linhares, Marilândia, Colatina e distrito de Barra do Riacho em Aracruz, o total de R\$ 1,4 milhão em recursos com o objetivo de recuperação, mitigação, remediação e reparação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG.

O BANDES repassou também o montante de R\$ 4,45 milhões da Fundação Renova Saneamento e Resíduos Sólidos, tendo destaque a construção de duas unidades de Estação de Tratamento de Esgoto em Linhares, no conjunto de ações que visam a recuperação da Bacia do Rio Doce, e que tiveram os projetos analisados, acompanhados e vistoriados pelo BANDES. Além disso, foi iniciada a construção da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Colatina, através do Consórcio Público para Tratamento e Disposição Final Adequada de Resíduos na Região Doce Oeste do Espírito Santo – CONDOESTE.

Municípios capixabas:

Foram liberados R\$ 2,7 milhões em operações de crédito para modernização e melhoria da gestão pública.

O serviço de estruturação de projetos do BANDES, que tem por objetivo a estruturação e o desenvolvimento de estudos de viabilidade, modelagem licitatória e assessoria integral para projetos de concessões públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs) para os municípios capixabas, por meio do Programa “ES Inteligente”, foi iniciado no segundo semestre de 2021, com adesão de dois municípios por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica.

Energia renovável e meio ambiente:

Foram liberados recursos para realização de investimento em melhorias de práticas de controle ambiental, energia renovável e eficiência energética, sendo o Programa Reflorestar a ação mais relevante neste contexto, com liberação de R\$ 9,2 milhões em financiamentos não reembolsáveis, destinados a promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos.

Micro e pequenas empresas:

Do montante de recursos liberados em 2021, 67,9% foi destinado ao financiamento de micro e pequenas empresas. Dos financiamentos feitos através do Fundo de Proteção ao Emprego (FPE) – principal linha de financiamento para atendimento às empresas impactadas pela crise econômica e sanitária no Espírito Santo – 81,8% foram destinados às empresas capixabas de micro e pequeno portes.

Além disso, das MPEs financiadas, 35% tem a sociedade controlada por mulheres. Por meio de parceria com a Junior Achievement do Espírito Santo (JAES), o BANDES promoveu capacitação de 160 mulheres da Região Metropolitana da Grande Vitória. O Projeto “Mulheres empreendedoras” teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento de empreendimentos coordenados por mulheres no Estado, com temas como empreendedorismo, mercado de trabalho e educação financeira.

Inovação:

Em 2021, foram liberados R\$ 1,2 milhão por meio de repasse da FINEP – Financiadora Nacional de Estudos e Projetos, para financiamento de projetos destinados a inovação organizacional e aprimoramento de produtos já existentes.

O BANDES possuiu o seu hub de inovação, o Epicentro, um espaço aberto e gratuito para projetos e eventos de incentivo à inovação e ao empreendedorismo, que em 2021 abrigou eventos que contribuem para fomentar o ambiente de inovação capixaba.

4. Gestão de Riscos

Com relação ao risco de crédito, no decorrer de 2021, a concentração das 4 atividades mais representativas da carteira de crédito – café, pimenta do reino, criação de bovinos para leite e administração pública – reduziu de 63,6% para 48%, dando destaque a outras como: transportes, extração de petróleo e gás natural e atividades hospitalares. No mesmo período, a participação de clientes pessoa física reduziu de 56% para 51% e os financiamentos realizados com recursos próprios do BANDES, aumentaram a participação de 37,1% para 42,7% no saldo da carteira, totalizando R\$ 243,7 milhões, superando a fonte BNDES, então principal, que participa com 39,4%.

Com relação ao risco de mercado, a carteira ainda é composta majoritariamente por operações de crédito, com taxas pactuadas na contratação das operações e mantidas até o vencimento, por isso, a valorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros não representa impactos financeiros e contábeis sobre o resultado da instituição no curto prazo.

Com relação ao risco de liquidez, em 2021, o valor em disponibilidades do BANDES ficou, em todos os meses, acima do limite mínimo de reserva de liquidez definido para o ano de 2021.

Cabe destacar também a avaliação pela Fitch Ratings, com a manutenção da nota AA, possibilitando ao Banco captação de recursos no mercado e com melhores taxas.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o ano de 2021 com 161 colaboradores (inclusive diretores e cargos em comissão) e 52 estagiários.

Em razão da pandemia e dos cuidados para a prevenção da COVID-19, no 1º semestre o BANDES manteve de modo híbrido o modelo de tele trabalho emergencial com base nos decretos estaduais, notas técnicas federais e no acordo nacional dos bancários. A medida foi importante para contribuir com o isolamento social e a preservação da saúde da equipe no momento crítico da pandemia. A partir do 2º semestre, conforme o mapa de gestão de risco do Estado, o avanço da vacinação contra a COVID e as orientações do Governo Estadual, iniciou-se o retorno gradual para o trabalho presencial, atingindo sua totalidade em novembro/21. Foram reforçados os cuidados nas instalações, distanciamento entre as estações de trabalho, uso obrigatório de máscaras e higienização das mãos, bem como divulgação dos protocolos de prevenção à COVID-19.

O BANDES promoveu 34 capacitações para os colaboradores, todas na modalidade online, abrangendo temas como: LGPD, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Ética, Governança, ALM para bancos, Auditoria, Gestão de cobrança, entre outros.

6. Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho estratégicos compõem o Plano de Metas 2021 e, juntamente com os demais, foram acompanhados no decorrer do ano para garantir o alcance dos objetivos estratégicos do Banco.

INDICADORES ESTRATÉGICOS	Previsto	Realizado
1. Liberação de crédito (R\$ milhões)	R\$ 125,32	R\$ 143,99
2. Rentabilidade das aplicações financeiras com recursos administrados pelo BANDES	154,38% do CDI	157,90% do CDI
3. Recuperação de créditos baixados em prejuízo (R\$ milhões)	R\$ 41,0	R\$ 52,5
4. Captação de recursos para operação de crédito (R\$ milhões)	R\$ 30,0	R\$ 30,0
5. Resultado da equação: (receita de prestação de serviços + receita líquida de aplicações financeiras / despesa de pessoas)	90,00%	103,52%

OUTROS INDICADORES	2020	2021	Variação %
1. Lucro líquido (R\$ mil)	R\$ 28.292	R\$ 50.135	77,2%
2. Patrimônio líquido	R\$ 269.628	R\$ 314.798	16,7%
3. Índice de inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ saldo da carteira) (%)	7,4	3,2	(56,0%)
4. Despesa líquida de PCLD (R\$ mil)	R\$ (31.444)	R\$ (20.825)	(33,8%)
5. Saldo de operações de crédito (R\$ mil)	R\$ 778.133	R\$ 571.092	(26,6%)
6. Nº de contratos ativos	27.008	20.902	(22,6%)
7. Nº de clientes ativos	17.159	13.160	(23,3%)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável – uma construção coletiva – aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular BACEN Nº 3.068/2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Vitória – ES, 10 de março de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	Nota	12.2021	12.2020	P A S S I V O	Nota	12.2021	12.2020
DISPONIBILIDADES	4	449	1.345	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		823.102	765.737
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.269.833	1.200.049	Instituições Financeiras	14.1	377.325	511.012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	434.674	197.480	Outros Clientes	14.2	164.125	111.870
Títulos e Valores Mobiliários	6	251.186	218.358	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	14.3	281.652	142.855
Operações de Crédito	7	571.339	778.699	PROVISÕES		29.305	23.132
Outros Instrumentos Financeiros	8	12.634	5.512	Contingências	15	29.305	23.132
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7.e	(104.300)	(144.886)	OUTROS PASSIVOS		31.743	34.486
OUTROS CRÉDITOS	9	20.945	26.422	Outros Passivos	16	31.743	34.486
INVESTIMENTOS	10	43	38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	314.798	269.628
IMOBILIZADO DE USO	11	15.189	14.036	Capital Social:			
INTANGÍVEL	12	55.578	53.498	- De Domiciliados no País		439.371	439.371
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(58.789)	(57.519)	Outros Resultados Abrangentes		(5.210)	(119)
				Lucros ou Prejuízos Acumulados		(105.286)	(155.547)
				(Ações em Tesouraria)		(14.077)	(14.077)
TOTAL DO ATIVO		1.198.948	1.092.983	TOTAL DO PASSIVO		1.198.948	1.092.983

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre 2021	12.2021	12.2020
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		80.257	135.772	118.385
Operações de Crédito		56.149	98.486	89.152
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		24.108	37.286	29.233
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		(22.285)	(44.788)	(47.937)
Operações de Captação no Mercado		(3.626)	(4.846)	(1.646)
Operações de Empréstimos e Repasses		(11.992)	(19.117)	(14.847)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.667)	(20.825)	(31.444)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		57.972	90.984	70.448
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(19.695)	(39.143)	(41.622)
Receitas de Prestação de Serviços	28.2	8.709	15.784	12.773
Rendas de Tarifas Bancárias		2.099	3.852	3.815
Despesas de Pessoal	28.3	(20.267)	(37.975)	(41.434)
Outras Despesas Administrativas	28.5	(7.777)	(12.652)	(9.229)
Despesas Tributárias	28.6	(2.975)	(5.248)	(4.814)
Outras Receitas Operacionais	28.7	3.057	5.570	4.111
Outras Despesas Operacionais	28.8	(2.541)	(8.474)	(6.844)
RESULTADO OPERACIONAL		38.277	51.841	28.826
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.9	538	1.699	1.710
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		38.815	53.540	30.536
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.j	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS	28.4	(3.404)	(3.404)	(2.244)
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		35.411	50.136	28.292
Lucro / Prejuízo por lote de mil ações – (em R\$)		1,22	1,73	0,98

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre 2021	12.2021	12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	35.411	50.136	28.292
Outros Resultados Abrangentes			
Itens que serão reclassificados para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas			
Ganho (Perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para venda	(5.210)	(5.210)	(119)
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(10.420)	(10.420)	(217)
Impostos sobre valor justo	5.210	5.210	98
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	30.201	44.926	28.173

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDO EM 31/12/2019 (Reapresentado)	419.219	11.639	1.694	(195.478)	(14.077)	222.997
Aumento de capital	20.152	-	-	-	-	20.152
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(1.813)	-	-	(1.813)
Resultado do período	-	-	-	28.292	-	28.292
DESTINAÇÕES						
Reservas	-	(11.639)	-	11.639	-	-
SALDO EM 31/12/2020	439.371	-	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Mutações do Exercício - 2020	20.152	(11.639)	(1.813)	39.931	-	46.631
SALDO EM 31/12/2020	439.371	-	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(5.091)	-	-	(5.091)
DESTINAÇÕES						
Dividendos / JSCP prescritos	-	-	-	125	-	125
Resultado do período	-	-	-	50.136	-	50.136
SALDO EM 31/12/2021	439.371	-	(5.210)	(105.286)	(14.077)	314.798
Mutações do Exercício - 2021	-	-	(5.091)	50.261	-	45.172
SALDO EM 30/06/2021	439.371	-	(2.322)	(140.697)	(14.077)	282.275
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(2.888)	-	-	(2.888)
DESTINAÇÕES						
Resultado do período	-	-	-	35.411	-	35.411
SALDO EM 31/12/2021	439.371	-	(5.210)	(105.286)	(14.077)	314.798
Mutações do 2º Semestre - 2021	-	-	(2.888)	35.411	-	32.523

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSL	35.411	50.136	28.292
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	-
Depreciações e Amortizações	687	1.269	1.342
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Líquida)	6.668	20.825	31.444
Provisão para Perdas/Desvalorizações	1.217	1.227	3.776
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.166	5.346	4.241
Provisão para Multas por Inadimplência Técnica	-	2.725	1.541
Reversão de Provisões	(3.651)	(4.782)	(4.156)
Prejuízo em Transações com Valores e Bens (Permanente)	2.294	2.662	2.603
Ajuste a Valor de Mercado TVM	(2.888)	(5.091)	(1.814)
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	41.904	74.317	67.269
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	29.852	(68.393)	(23.473)
Títulos e Valores Mobiliários	(63.308)	(32.827)	75.984
Operações de Crédito	108.784	149.396	(71.723)
Outros Créditos	(5.675)	(10.562)	4.177
Outros Valores e Bens	758	1.626	(1.471)
Outras Obrigações	27.026	134.155	(79.662)
Depósitos	42.632	52.256	84.228
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(66.065)	(133.687)	(82.197)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(115.908)	(166.281)	(26.868)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	4.802	5.568	5.741
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	(836)	(11.637)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	59
Inversões em Imobilizado de Uso	(592)	(1.152)	(112)
Aplicação no Intangível	(1.288)	(2.081)	(1.894)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	2.922	1.499	(7.843)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de Capital	-	-	20.151
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Prescritos	-	125	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	-	125	20.151
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	118.830	167.905	(14.560)
No Início do Período	206.332	157.257	171.817
No Final do Período	325.162	325.162	157.257
VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	118.830	167.905	(14.560)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2021 em comparação com o exercício social de 2020.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na preparação destas demonstrações contábeis foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CMN nº 4.818/2020, a Administração declara de forma explícita e sem reserva, que estas demonstrações contábeis estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, na reunião realizada em 10 de março de 2022.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações contábeis é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias:

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme

estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (accruals) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior à 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

- Investimentos** – Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)
- Imobilizado** – Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica como seguem: edificações – 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança – 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática – 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional.
- Intangível** – Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo

da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização software corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais softwares 60 meses - 20% ao ano.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, sendo:

- i. Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- ii. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.
- iii. Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Adicionalmente, a referida alíquota da CSLL foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei nº 14.183/2021 (Medida Provisória nº 1.034/2021 convertida em lei), correspondendo a 25% neste período.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base pro rata die) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata die).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações contábeis.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No exercício social de 2021 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 28 - Outras Informações.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa 7.e.

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 17.

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

d) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

e) Mensuração dos efeitos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações contábeis e impactos no BANDES: a Administração acompanha a evolução das operações por meio do monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas afetadas do balanço.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	12.2021	R\$ mil 12.2020 (Reapresentado)
Moeda Nacional (caixa)	2	1
Moeda Nacional (depósitos bancários)	447	1.344
Disponibilidades	449	1.345
Depósitos Interfinanceiros	74.237	46.626
Aplicações no Mercado Aberto	250.476	109.286
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez*	324.713	155.912
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	325.162	157.257

* Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor. Os saldos compõem os totais da nota 5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil Prazo de vencimento			
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)	-	-	-	-
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	540	-	-	540
Empresas Não Ligadas	73.697	98.705	11.256	183.658
Aplicações no Mercado Aberto (2)	250.476	-	-	250.476
Total em dezembro 2021	324.713	98.705	11.256	434.674
Total em dezembro 2020	155.912	7.398	34.170	197.480

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da Carteira por Categorias

R\$ mil				
			12.2021	12.2020
	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	82.799	(10.420)	72.379	52.492
Títulos Públicos	75.679	(10.525)	65.154	52.492
Títulos Privados	7.120	105	7.225	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	178.807	-	178.807	165.866
Títulos Públicos	70.145	-	70.145	65.066
Títulos Privados	108.662	-	108.662	100.800
Total	261.606	(10.420)	251.186	218.358

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro - LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN - custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.
 Títulos privados: Letras Financeiras - LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRIATEC 3 - FIP.

c) Títulos Disponíveis para Venda

R\$ mil									
TVM								12.2020	
	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo Amortizado / Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LTN	5.678	-	-	6.228	(550)	5.678	5.874	118	5.992
NTN	59.476	-	-	69.451	(9.975)	59.476	46.835	(335)	46.500
CRIATEC 3 FIP	7.098	-	-	7.020	78	7.098	-	-	-
FGI	127	-	-	100	27	127	-	-	-
Total	72.379	-	-	82.799	(10.420)	72.379	52.709	(217)	52.492

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No primeiro semestre de 2021 foi realizada a reclassificação contábil dos investimentos CRIATEC 3 Fundo de Investimento em Participação - FIP e Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, da categoria Mantido até o Vencimento para a categoria Disponível para Venda, para enquadramento às determinações da Circular BACEN nº 3.068/2001.

R\$ mil					
Reclassificação entre categorias em 30/06/2021					
De: Mantidos até o Vencimento - Para: Disponível para Venda					
	MAV (1)	DPV (2)	Ajuste Bruto	Impostos	Ajuste no Patrimônio após Impostos
FGI	-	100	28	(13)	15
CRIATEC 3 FIP	-	6.393	76	(34)	42
Total	-	6.493	104	(47)	57

(1) MAV - Mantido até o Vencimento

(2) DPV - Disponível para Venda

No segundo semestre de 2021 não ocorreram reclassificações de títulos e valores mobiliários.

e) Conciliação dos Valores Classificados na Categoria DPV

Ganhos e perdas realizados / não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria DPV	
(=) Saldo de Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31/12/2020	(119)
(+) Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV no primeiro semestre.	105
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV.	1.369
(-) Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV.	(11.941)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado.	166
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado.	-
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários.	(10.420)
(-) Efeitos tributários.	5.210
(=) Saldo de Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31/12/2021	(5.210)

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento

R\$ mil					
TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	12.2021	12.2020
				Custo Amortizado/Contábil	Custo Amortizado/Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento					
LFT	28.386	-	-	28.386	27.191
NTN	-	-	41.759	41.759	37.875
LF	17.794	12.516	78.352	108.662	96.015
FGI	-	-	-	-	100
CRIATEC 3 FIP	-	-	-	-	4.685
Total	46.180	12.516	120.111	178.807	165.866

a) Carteira de crédito por tipo de operação

R\$ mil				
	12.2021	%	12.2020	%
Empréstimos	59.752	11	113.945	14
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	180.866	32	185.185	24
Financiamentos rurais	288.008	51	433.291	56
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	32.116	5	39.981	5
Subtotal	560.742	99	772.402	99
Devedores por compra de valores e bens	10.597	1	6.297	1
Total das operações de créditos	571.339	100	778.699	100
Circulante	200.786	35	227.974	29
Não Circulante	370.553	65	550.725	71

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

R\$ mil				
	12.2021	%	12.2020	%
10 maiores devedores	116.412	20	137.733	18
50 seguintes maiores devedores	131.219	23	153.631	20
100 seguintes maiores devedores	44.161	8	55.873	7
Demais devedores	279.547	49	431.462	55
Total das operações de crédito	571.339	100	778.699	100
Circulante	200.786	35	227.974	29
Não Circulante	370.553	65	550.725	71

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

R\$ mil				
	12.2021	%	12.2020	%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	12.278	2	25.136	3
A vencer	559.061	98	753.563	97
Até 3 meses	85.535	15	99.808	13
De 3 meses a 12 meses	161.940	28	195.124	25
Acima de 12 meses	311.586	55	458.631	59
Total das operações de crédito	571.339	100	778.699	100
Circulante	200.786	35	227.974	29
Não Circulante	370.553	65	550.725	71

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	12.2021		12.2020	
		%		%
Setor privado	539.223	94	738.718	95
Pessoa Jurídica	-	-	-	-
Rural	62.309	11	81.096	10
Indústria	87.944	15	103.058	13
Comércio	61.949	11	71.549	9
Outros serviços	95.731	17	125.793	16
Pessoa Física	-	-	-	-
Rural	231.290	40	357.222	47
Setor público	32.116	6	39.981	5
Administração direta municipal	32.116	6	39.981	5
Total das operações de crédito	571.339	100	778.699	100
Circulante	200.786	35	227.974	29
Não Circulante	370.553	65	550.725	71

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

					12.2021			12.2020	
					Provisão		Total Geral	Provisão	
Níveis Risco	% mínimo provisão	Curso normal	Anormal*	Total Geral					
AA	-	61.700	-	61.700			37.786		
A	0,5	210.564	-	210.564	(809)		339.870	(170)	
B	1	138.509	6.730	145.239	(1.452)		175.021	(1.750)	
C	3	16.587	3.159	19.746	(592)		28.707	(861)	
D	10	3.457	1.805	5.262	(526)		8.752	(875)	
E	30	4.270	362	4.632	(1.390)		9.748	(2.924)	
F	50	40.723	3.215	43.938	(21.969)		75.947	(37.974)	
G	70	7.697	1.287	8.984	(6.348)		12.667	(10.131)	
H	100	44.462	26.812	71.274	(71.214)		90.201	(90.201)	
Total		527.969	43.370	571.339	(104.300)		778.699	(144.886)	
Circulante	-	-	-	200.786	(39.073)		227.974	(47.330)	
Não Circulante	-	-	-	370.553	(65.227)		550.725	(97.556)	

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	12.2021	12.2020
Saldos iniciais	(144.886)	(220.335)
Constituições Líquidas	(21.771)	(34.048)
Constituições	(48.211)	(63.234)
Reversões	26.440	29.186
Transferências para prejuízo	62.357	109.497
Saldos finais	(104.300)	(144.886)
Circulante	(39.073)	(47.330)
Não Circulante	(65.227)	(97.556)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	12.2021	12.2020
Renegociados	68.076	161.092
Lançados a prejuízo	62.357	109.497
Recuperados	52.511	40.571

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	12.2021	12.2020
Rendas a receber (1)	922	889
Ativo fiscal diferido (2)	5.263	98
Devedores por depósitos em garantia	5.657	2.583
Impostos e contribuições a compensar (3)	476	1.438
Adiantamentos salariais / Outros (4)	316	322
Devedores diversos (5)	-	182
Total	12.634	5.512
Circulante	12.634	5.512
Não Circulante	-	-

1. Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/1970 R\$ 25 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 481 (R\$ 866 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber RENOVA R\$ 85 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber FUNSAF R\$ 23 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber FUNDÁGUA PSA R\$ 177 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber FUNCITEC R\$ 79 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber FUNDO DE AVAL BANDES R\$ 49 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020);

2. Ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL R\$ 5.263 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2020) referente variações no valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda;

3. Impostos a compensar: CSLL R\$ 0 (R\$ 1.084 em 31 de dezembro de 2020); Contribuição previdenciária R\$ 476 (R\$ 354 em 31 de dezembro de 2020), quitada a maior em períodos anteriores, cujo reconhecimento contábil efetuado no exercício de 2020, do crédito relativo à contribuição previdenciária, foi motivado pela expedição pelo TRF da 2ª Região de decisão judicial favorável ao banco, transitada em julgado, configurando direito líquido e certo à compensação;

4. Adiantamento de participação nos lucros R\$ 204 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2020); Adiantamentos para pagamento nossa conta R\$ 111 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2020);

5. Taxa de administração a receber: PSA Fundágua R\$ 0 (R\$ 132 em 31 de dezembro de 2020); Fundo de Aval Bandes R\$ 0 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	12.2021	12.2020
Outros valores e bens (9.1)	20.630	24.474
Despesas antecipadas (9.2)	217	1.842
Pagamentos a ressarcir (9.3)	98	106
Total	20.945	26.422
Circulante	20.945	26.370
Não Circulante	-	52

9.1. Outros valores e bens (Ativos não financeiros mantidos para venda)

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	12.2021	12.2020
Imóveis não de Uso Próprio	26.364	33.744
Máquinas e equipamentos	-	4
Bens Não de Uso	26.364	33.748
Provisão para desvalorização	(5.734)	(9.274)
Total	20.630	24.474
Circulante	20.630	24.474
Não Circulante	-	-

9.2. Despesas antecipadas

Constituídas por dispêndios com pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de softwares; e contribuições patronais ao plano de previdência suplementar devolvida pela entidade de previdência, devido à perda de direito ao benefício pelo empregado, por descumprimento das condições do plano previdenciário ou saque voluntário, cujos valores são utilizados na quitação de contribuições patronais futuras, R\$ 217 (R\$ 1.842 em 31 de dezembro de 2020).

9.3. Pagamentos a ressarcir

Correspondem, basicamente, a créditos por pagamentos não processados no encerramento do exercício social, devido a inconsistências em dados de transações bancárias, R\$ 98 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas (10.2)	(32)	(37)
Total	43	38

Certificados de Investimento - FINOR R\$ 44 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2020),
Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2020);
Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR R\$ 32 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	R\$ mil	
			Líquido	
			12.2021	12.2020
Terrenos	185	-	185	185
Edificações	3.811	(3.684)	127	200
Móveis e máquinas	2.738	(2.534)	204	243
Aparelhagens e sistema de comunicação	439	(334)	105	108
Equipamentos de informática	7.825	(6.522)	1.303	374
Sistema de segurança	191	(185)	6	8
Total	15.189	(13.259)	1.930	1.118

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Custo	Amortização	R\$ mil	
			Líquido	
			12.2021	12.2020
Aquisição de Software	6.163	(4.701)	1.462	1.242
Modernização SISBANDES	46.875	(39.448)	7.427	6.806
BI - Consultas	47	(47)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.935	(812)	1.123	816
Aplicativo para Celulares	50	(14)	36	33
Total	55.578	(45.530)	10.048	8.897

NOTA 13 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(13.259)	(12.918)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(45.530)	(44.601)
Total	(58.789)	(57.519)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

14.1. Instituições financeiras

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações por órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	R\$ mil			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
			Circulante	Não Circulante
BNDES	52.827	63.717	116.544	148.076
Outras Inst. Oficiais	9.946	24.929	34.875	77.830
12.2021	62.773	88.646	151.419	225.906
12.2020	75.685	100.092	175.777	335.235

14.2. Outros clientes

Correspondem a obrigações com depósitos à vista e a prazo, estes últimos representados por certificados de depósito bancário subscritos pelo Governo do Estado, por empresas fundapeanas, para alocação de cauções de operações liberadas com recursos FUNDAP; e captações no mercado por meio do instrumento depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito.

Depósitos	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
À vista	15.678	10.739
A prazo	148.447	101.131
Governo do Estado	84.902	81.357
Clientes FUNDAP	32.721	19.774
DPGE	30.824	-
Total	164.125	111.870
Circulante	133.301	111.870
Não Circulante	30.824	-

14.3. Outros instrumentos financeiros passivos

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
Fundos financeiros e de desenvolvimento (1)	281.649	142.852
Dotação para aumento de capital (2)	3	3
Total	281.652	142.855
Circulante	87.104	36.151
Não Circulante	194.548	106.704

1) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 281.648 (R\$ 142.852 em 31 de dezembro de 2019).

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
FUNDAP	1.015	1.014
FUNDES	55.936	20.595
FUNCITEC	86.277	34.500
FUNDÁGUA	110	73
FUNDEPAR-ES	23.031	16.621
FUNSAF	6.643	1.500
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	9.985	6.348
FUNDO RENOVÁ	9.941	8.803
FUNDESUL - PK	46.798	46.502
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	8.482	6.896
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	33.431	-
Total	281.649	142.852
Circulante	87.100	36.148
Não Circulante	194.549	106.704

2) Dotação para aumento de capital

Saldo residual de titularidade do Estado do Espírito Santo R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2020), remanescentes dos recursos integralizados no aumento de capital social realizado no primeiro semestre de 2020, e que será utilizado em futuras integralizações.

NOTA 15 - PROVISÕES

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
Contingências		
Ações administrativas e judiciais (15.1)	21.290	17.024
Provisão para multas por inadimplência técnica (15.2)	8.015	6.108
Total	29.305	23.132
Circulante	8.015	23.132
Não Circulante	21.290	-

15.1 Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

Correspondem às demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações relacionadas cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

Risco Provável - são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
Ações com Risco Provável		
Cíveis	13.458	11.573
Trabalhistas	7.832	5.451
Total	21.290	17.024
Circulante	-	17.024
Não Circulante	21.290	-

Risco Possível e Remoto - não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
Ações com Risco Possível e Remoto		
Cíveis	24.354	27.336
Trabalhistas	1.667	370
Fiscais	-	-
Total	26.021	27.706

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	R\$ mil		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/01/2020	9.442	3.642	13.084
Atualização Monetária / Constituições	2.432	1.809	4.241
Reversões / Pagamentos (301)	-	-	(301)
Saldo em 31/12/2020	11.573	5.451	17.024
Saldo em 01/01/2021	11.573	5.451	17.024
Atualização Monetária / Constituições	2.897	2.448	5.345
Reversões / Pagamentos (1.012)	(67)	(1.079)	(1.079)
Saldo em 31/12/2021	13.458	7.832	21.290
Circulante	-	-	-
Não Circulante	13.458	7.832	21.290

15.2 Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída devido à decretação de inadimplência técnica a clientes em situação irregular na aplicação de recursos contratados junto a órgãos repassadores. O banco efetuará o pagamento das multas aos repassadores de recursos, e adotará medidas cabíveis para se ressarcir junto aos clientes que incorrerem em inadimplência técnica R\$ 8.015 (R\$ 6.108 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

	12.2021	12.2020
Fiscais e previdenciárias (16.1)	1.911	2.601
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5	-
Provisão para pagamentos a efetuar	7.379	9.352
Credores diversos (16.2)	21.885	21.844
Sociais e estatutárias	563	689
Total	31.743	34.486
Circulante	19.743	18.739
Não Circulante	12.000	15.747

16.1 Fiscais e previdenciárias

	12.2021	12.2020
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (1)	502	542
Impostos e contribuições s/ salários	1.265	1.175
Parcelamento de impostos (2)	-	632
Impostos e contribuições a recolher (3)	92	252
Passivo fiscal diferido (4)	52	-
Total	1.911	2.601
Circulante	1.859	2.444
Não Circulante	52	157

(1) PIS, COFINS e ISS referentes à competência dezembro/2021;
 (2) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014, quitado em 2021;
 (3) Impostos retidos na fonte de terceiros referentes à competência dezembro/2021;
 (4) IR R\$ 26 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) e CSLL R\$ 26 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) referentes ao efeito tributário no Patrimônio Líquido, proveniente do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	12.2021	12.2020
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	50.136	28.292
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	5.593	5.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	453	6.964
Perdas efetivas de créditos	(61.377)	(45.532)
Outros	(3.570)	(3.915)
Despesas não dedutíveis	214	143
Base de Cálculo	(8.551)	(8.473)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 25% até dezembro/2021.

a.2) Créditos tributários não reconhecidos

A administração optou por não reconhecer contabilmente ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa em razão da situação de prejuízo fiscal apresentada no período e pela incerteza da previsão de realização no prazo requerido pela norma.

	12.2021	12.2020
Prejuízo fiscal/ Base negativa	38.727	30.176
Diferenças temporárias	205.451	264.353
IR *	61.045	73.632
CSLL *	48.836	58.906
Total do ativo fiscal diferido não ativado	109.881	132.538

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.

16.2 Credores diversos

Credores Diversos R\$ 21.885 (R\$ 21.844 em 31 de dezembro de 2020) com destaque para as seguintes rubricas: Deduções de Liberações FUNDAP, para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22/11/2012, e Decreto nº 3194-R, de 28/12/2012 R\$ 1.770 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2020); Repasses FUNGETUR R\$ 15.527 (R\$ 19.377 em 31 de dezembro de 2020); Captações FUNCAFÉ R\$ 1.000 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Sinais recebidos em transações com imóveis não de uso R\$ 2.280 (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 439.371 em 31 de dezembro de 2020), e está representado em quantidade de ações, conforme composição abaixo:

	12.2021	12.2020
Ações Ordinárias	19.883.589.975	19.883.589.975
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823	19.644.952.823
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806	9.836.733.806
Classe "A"	3.113.456.237	3.113.456.237
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627	2.454.690.627
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569	6.723.277.569
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103	3.147.336.103
- Demais Acionistas	3.575.941.466	3.575.941.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781	29.720.323.781
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferencial - classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043	28.918.787.043

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias. O valor patrimonial unitário das ações em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 0,01088.

17.2 Outros resultados abrangentes / ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial -R\$ 5.210 (-R\$ 119 em 31 de dezembro de 2020) correspondem à precificação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme nota 6.a e conciliação demonstrada na nota 6.e.

17.3 Lucros ou prejuízos acumulados

No exercício, com a adição de R\$ 125 relativos a dividendos/JSCP prescritos transferidos do grupo Outros Passivos / Sociais e estatutárias (Nota 18), mais o resultado positivo apurado no período R\$ 50.136, remanescem em prejuízos acumulados R\$ 105.286 (R\$ 155.547 em 31 de dezembro de 2020).

17.4 Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

18.1 Plano de previdência complementar

Visa assegurar ao corpo funcional, renda complementar à aposentadoria da previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No exercício foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 1.603 (R\$ 1.715 em 31 de dezembro de 2020).

18.2 Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

O Programa de desligamento voluntário especial - PDVE realizado em 2020 ofereceu os seguintes benefícios: indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 12 meses, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS), dentre outros. O plano teve adesão de 12 colaboradores, ao custo financeiro de R\$ 3.850 mil.

		R\$ mil
Verbas indenizatórias	Classificação na DRE	2020
Cesta-alimentação e auxílio-refeição, plano de saúde e odontológico por 36 meses	Outras Despesas Operacionais (PDV)	790
Aviso prévio e Indenização de incentivo de 5 remunerações	Despesas com proventos	1.337
Multa rescisória FGTS 40% e Indenização conforme Acordo Coletivo de Trabalho	Despesas com encargos sociais	1.723
Total		3.850

O banco mantém em conta patrimonial de passivo provisões para indenizações trabalhistas diversas saldo de R\$ 414 (R\$ 992 em 31 de dezembro de 2020), para os benefícios assegurados por até 36 meses.

NOTA 19 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES.

Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal chave da administração, as seguintes entidades:

- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP.
- Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES/ES.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais – FUNDÁGUA.
- Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES.
- Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo – FUNSAF.
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDÁGUA – LEI 10.583/2016.
- Fundo Reconstrução ES.
- Fundo de Proteção ao Emprego.
- Fundo Garantidor de Parcerias Público – Privadas – FGP-ES.
- Fundo de Aval BANDES.
- BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo.
- Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST.

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis. Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

19.1 Operações de fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante dos recursos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representando no quadro abaixo:

Fundos	Recursos Administrados	
	12.2021	12.2020
FUNDES	158.836	190.985
FUNDAP	57.573	51.777
FUNDEPAR-ES	147.890	147.930
FGP-ES	20.799	20.026
FUNSAF	6.759	1.500
FUNDO DE AVAL BANDES	21.594	-
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	127.538	-
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	15.771	15.297
TOTAL	556.460	427.515

19.2 Operações de fundos financeiros e de desenvolvimento

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, seguem abaixo, as receitas auferidas relacionadas à prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos.

Fundos	Rendas de Administração		
	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
FUNDES (1)	1.974	3.973	4.068
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	467	927	683
FUNDEPAR-ES (3)	1.550	3.101	3.115
PSA FUNDÁGUA (4)	548	1.027	1.118
FUNSAF (5)	-	23	18
FUNDESUL (6)	-	-	107
FUNDO DE AVAL BANDES (7)	295	592	350
FGP - ES (8)	84	215	154
FUNCITEC (9)	203	374	-
FUNDO DE PROT. EMPREGO – FPE (10)	1.516	1.766	-
TOTAL	6.637	11.998	9.613

Rendas de Administração

- 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 10% sobre as liberações efetuadas até 12/09/2021 e 15% a partir de 13/09/2021;
- 1% sobre as liberações efetuadas;
- 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo;
- 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos;
- Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados;
- 0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas, a partir de 20/01/2021;
- 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;

Fundos	Despesas sobre Disponibilidades de Recursos		
	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
FUNDES (1)	(642)	(836)	(1.469)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	(151)	(210)	(157)
FUNDEPAR-ES (3)	(387)	(522)	(446)
FUNDAGUA (4)	(3)	(4)	(1)
PSA FUNDÁGUA (5)	(58)	(112)	(96)
FUNSAF (6)	(103)	(115)	(7)
FUNDESUL (7)	-	-	(66)
FUNDO DE PROT. EMPREGO – FPE (8)	(734)	(1.018)	-
FUNCITEC (9)	(2.449)	(3.353)	(2.070)
TOTAL	(4.527)	(6.170)	(4.312)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- 100% do rendimento diário do CDI;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) até 21/01/2021, a partir dessa data, rendimento diário do CDI.

19.3 Remuneração do pessoal chave da administração

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

	R\$ mil		
	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
Conselho de Administração	322	620	668
Diretoria Executiva (1)	809	1.455	1.546
Conselho Fiscal	90	161	141
Comitê de Auditoria	71	141	141
TOTAL	1.292	2.377	2.496

(1) A linha Diretoria Executiva inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina.

As demais linhas registram somente honorárias.

19.4 Outras transações com partes relacionadas

BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo

Transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

	Ativos		Receitas e (Despesas)	
	12.2021	12.2020	12.2021	12.2020
Salvos de depósitos a vista	419	1.345	-	-
Salvos de aplics. dep. interfinanceiros	540	515	-	-
Rendas de depósitos interfinanceiros	-	-	22	14
Despesas com cadastro e cobrança	-	-	(652)	(325)
Despesas com tarifas bancárias	-	-	(24)	(21)

Em dezembro de 2021, o Banestes S/A, sociedade de economia mista, que possui o mesmo acionista majoritário do BANDES, o Estado do Espírito Santo, foi contratado por inexigibilidade de licitação, para prestação dos serviços bancários de custódia qualificada de ativos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na B3 - Segmento CETIP UTMV, por 60 (sessenta) meses, ao custo anual de R\$ 58 mil. Não foram realizados pagamentos no ano de 2021.

Estado do Espírito Santo

O Governo do Estado efetuou aplicação de recursos no total de R\$ 80 milhões em certificado de depósito bancário - CDB emitido pelo BANDES no ano de 2020. Ao final do exercício de 2021 a aplicação apresenta saldo de R\$ 84.902 (R\$ 81.357 em 31 de dezembro de 2020).

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo-PRODEST

Contratação do Instituto de Tecnologia em maio de 2021, autarquia do Estado do Espírito Santo, acionista majoritário do Bandes, parte relacionada, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços integrados de datacenter com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, backup e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede, por 60 (sessenta) meses, pelo valor mensal estimado de R\$ 159 mil. A contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2021. A migração dos dados está sendo realizada, e em 2021 os pagamentos relativos a este contrato somaram R\$ 15 mil.

Operações garantidas/contratadas por pessoal chave da administração

R\$ mil

Partes Relacionadas		Operação de Crédito	Saldo Devedor em 12/2021
Área de Atuação	Envolvimento na Transação		
Diretoria Executiva	Avalista	Financiamento	Quitado
Comitê de Auditoria	Sócio/Avalista	Financiamento	89

NOTA 20 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

NOTA 21 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERICI e Auditoria Interna - AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERICI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital, está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERICI, Gerência de Controladoria - GECON e Gerência de Planejamento e Processos - GEPLA.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais - definido como perdas potenciais devido às mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES será mista, havendo "Títulos Mantidos até o Vencimento" e "Títulos disponíveis para a venda".

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERICI e Auditoria Interna - AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (Value at Risk) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERICI, Comitê de Crédito - COCRE, Auditoria Interna - AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERICI, Gerência Financeira - GEFIN e Auditoria Interna - AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

R\$ mil

Fator de Risco	Setembro/21			Dezembro/21		
	Cenário 1 Carteira Normal	Cenário 2 1º percentil	Cenário 3 99º percentil	Cenário 1 Carteira Normal	Cenário 2 1º percentil	Cenário 3 99º percentil
Total da Carteira	332.294	335.158	329.384	291.457	294.455	288.227
Juros-Pré	15.950	16.131	15.765	11.085	11.200	10.962
SELIC	310.780	313.405	308.113	275.749	278.576	272.703
Agregado das posições inferiores a 5%	21.514	21.752	21.271	15.708	15.879	15.524

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO AMBIENTAL

Com o objetivo de minimizar os riscos relativos à responsabilidade socioambiental, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante. Adotamos estrutura de governança da responsabilidade socioambiental e gestão de riscos socioambientais compatíveis com o nosso porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA. Essa estrutura é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI) e Auditoria Interna (AUDIT).

NOTA 27 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE (EFEITO NA VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BACEN nº 3.959/2019, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na Carteira Banking, uma vez que não possui carteira trading. Abaixo, estão demonstrados os fatores de riscos e possíveis variações, que poderão ocorrer no valor de mercado da carteira de crédito e em quanto seria necessário para afetar o patrimônio de referência - PR.

R\$ mil

Fator de Risco Associado	Capital Alocável por fator de risco	Variação no Valor de Mercado das operações		Quantidade de Pontos-percentuais paralelos para impactar o PR		
		1º Percentil	99º Percentil	5%	10%	20%
RBAN	8.175	-	-	-	-	-
Juros-Pré	484	115	(123)	-	-	-
SELIC	1.563	2.827	(3.046)	3	7	15
Agregado das posições inferiores a 5%	153	171	(184)	222	-	-

NOTA 28 - OUTRAS INFORMAÇÕES

28.1 Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados para as edificações cobrem riscos de incêndios, raios, explosões e outros riscos relacionados a imóveis. As apólices vigentes estipulam valor máximo total de cobertura de R\$ 25.179 mil (R\$ 25.179 em 31 de dezembro de 2020).

28.2 Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

R\$ mil

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
OUTROS SERVIÇOS	896	1.535	1.531
FUNDAP	39	52	73
FUNDEPAR	1.802	3.683	3.579
FUNDES	2.371	4.660	4.167
FUNDESUL	-	-	163
FUNDESUL-PK	428	853	842
FUNSAF	23	23	18
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	467	927	683
FUNCITEC	203	374	-
PSA FUNDÁGUA	548	1.027	1.118
FUNDO DE AVAL BANDES	295	592	350
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE	1.516	1.766	-
FGP - ES	83	216	154
RENOVA - SPREAD S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO	38	76	95
Total	8.709	15.784	12.773

28.3 Despesas de pessoal

R\$ mil

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
Honorários	(1.292)	(2.377)	(2.496)
Benefícios (i)	(3.816)	(7.261)	(7.170)
Encargos sociais (ii)	(4.612)	(8.621)	(10.407)
Proventos (iii)	(9.889)	(18.499)	(20.281)
Treinamento	(52)	(91)	(20)
Bolsa auxílio estágio	(606)	(1.126)	(1.060)
Total	(20.267)	(37.975)	(41.434)

Incluem plano de previdência complementar do tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL) com custeio paritário entre participante e patrocinador. A rubrica Encargos Sociais 12.2020 estão incluídas despesas com multa rescisória FGTS 40% do Plano de Desligamento Voluntário Especial PDVE 2020 no total de R\$ 1.723. (Nota 20.b).

A rubrica Proventos 12.2020 registra despesas com aviso-prévio e indenização de incentivo à adesão ao PDVE 2020 no montante de R\$ 1.337. (Nota 20.b).

28.4 Participações nos lucros e resultados

A provisão para participações nos lucros e resultados é definida em convenção coletiva de trabalho celebrado com FENABAN, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e BANDES.

28.5 Outras despesas administrativas

R\$ mil

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
Água, energia e gás	(457)	(842)	(695)
Aluguéis	(19)	(40)	(34)
Comunicações	(61)	(119)	(123)
Manutenção e conservação de bens	(419)	(812)	(889)
Material	(14)	(19)	(26)
Processamento de dados	(581)	(1.134)	(1.000)
Promoções/relações públicas	(500)	(519)	(94)
Propaganda e publicidade	(17)	(355)	(18)
Publicações legais	(20)	(89)	(97)
Seguros	(4)	(8)	(8)
Serviços de vigilância	(179)	(356)	(337)
Serviços do sistema financeiro	(401)	(703)	(563)
Serviços de terceiros	(179)	(332)	(362)
Serviços técnicos especializados	(1.803)	(2.958)	(1.790)
Transportes	(74)	(154)	(133)
Viagem no país/externo	(73)	(94)	(96)
Despesas com processos judiciais	(1.968)	(2.327)	(1.316)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(321)	(521)	(305)
Amortização e depreciação	(687)	(1.270)	(1.343)
Total	(7.777)	(12.652)	(9.229)

28.6 Despesas tributárias

R\$ mil

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
PIS	(335)	(587)	(547)
COFINS	(2.062)	(3.614)	(3.368)
ISSQN	(538)	(979)	(826)
IPTU, Taxas	(40)	(68)	(73)
Total	(2.975)	(5.248)	(4.814)

28.7 Outras receitas operacionais

R\$ mil

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
Recuperações de encargos e despesas	1.222	2.065	2.385
Reversão de provisões judiciais, previdência privada e PDV	1.757	2.497	1.003
Atualização SELIC s/ tributos a compensar	11	127	80
Atualização depósitos judiciais	63	185	52
Outras rendas operacionais	4	696	591
Total	3.057	5.570	4.111

28.8 Outras despesas operacionais

R\$ mil

	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.165)	(5.346)	(4.241)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE*	(20)	(20)	(796)
Provisão para multas por inadimplência técnica	-	(2.725)	(1.541)
Outras despesas operacionais	(346)	(364)	(136)
Descontos Concedidos em renegociações	-	-	(116)
Despesas com utilização SISBACEN	(10)	(19)	(14)
Total	(2.541)	(8.474)	(6.844)

* A coluna 12.2020 inclui R\$ 790 ref. provisões com os benefícios: alimentação, refeição, plano de saúde e odontológico, previstos no Plano de Desligamento Voluntário Especial - PDVE 2020. (Nota 20.b).

28.9 Resultado não operacional

	R\$ mil		
	2º Sem 2021	12.2021	12.2020
Resultado na alienação de valores e bens	(1.168)	(1.222)	(2.029)
Reversão de provisões de outros valores e bens	3.651	4.782	4.475
Outras rendas não operacionais	245	408	358
Desvalorização de outros valores e bens	(2.122)	(2.149)	(773)
Perdas em ações e cotas*	-	-	(172)
Despesas com bens não de uso	(68)	(120)	(149)
Total	538	1.699	1.710

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 – FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

28.10 Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requisitos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/2013, em 31 de dezembro de 2021, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	22,33%	8,00%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	22,33%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	22,33%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

28.11 Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

28.12 Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

28.13 Resultados Recorrentes / não recorrentes

	R\$ mil	
	12.2021	12.2020
Lucro Líquido Recorrente	50.136	32.142
Eventos Não Recorrentes	-	(3.850)
Despesas com Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)	-	(3.850)
Lucro Líquido Contábil	50.136	28.292

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias – Presidente
 Munir Abud de Oliveira – Vice-Presidente
 Alexandre Pedercini Issa
 Geraldo Lorencini

Leonardo Galazzi Zanotelli
 Sandra Regina Pimenta
 Claudinei Pereira Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
 Flávia Fardim Antunes Brighenti
 Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Alberto Farias Gavini Neto
 Eduardo José de Souza
 Mário Stella Cassa Louzada
 José Alexandre Rezende Bellote

DIRETORIA EXECUTIVA

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
 Diretor-Presidente

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR
 Diretor de Administração e Finanças

CLÁUDIO ROBERTO SAADE
 Diretor Operacional

MARCOS KNEIP NAVARRO
 Diretor de Negócios

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
 Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO CONTROLADA PELO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
 Avenida Princesa Isabel nº 54 – Edifício Caparaó – Centro – Vitória/ES – CEP.
 29.010-906
CNPJ (MF) nº 28.145.829/0001-00 – Site: www.bandes.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES** ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES** ("Banco") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluindo a Resolução nº 4.818/20

28.14 Pronunciamentos técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto
00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
10 (R1)	Pagamentos Baseados em Ações
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
33 (R1)	Benefícios a Empregados
41	Resultado por ação
46	Mensuração do Valor Justo
47	Receita de contrato com cliente

Adicionalmente, lista-se abaixo, os principais normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil com objetivo de reduzir assimetrias em relação aos padrões contábeis internacionais:

Resolução CMN nº 3.533/2008 – Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução CMN nº 4.534/2016 e Resolução CMN nº 4.535/16 – Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução CMN nº 4.747/2019 – Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda.

Resolução CMN nº 4.966/2021 – Trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, e o Banco já iniciou as avaliações de impactos em sistemas e processos visando sua implementação.

do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no

contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco.

3.1) Governança de Tecnologia da Informação

Considerando a natureza e complexidade de suas operações, o Banco depende do funcionamento perfeito da inteligência artificial de sua estrutura sistêmica e da governança da tecnologia da Informação. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento impreciso ou incorreto de informações de natureza crítica, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Diante do exposto, consideramos a governança do ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como parte dos procedimentos específicos destinados à auditoria de sistemas informatizados, processamento e consolidação de dados que integram a área de governança de tecnologia da informação, conduzimos através de nossos auditores de sistemas computacionais, uma avaliação de forma remota, através da triangulação de dados dos produtos/relatórios gerados de modo que a partir do nosso exame, foram avaliados os sistemas utilizados pelo Banco em sua integração com o sistema contábil. Como consequência de tal procedimento, constatamos um relativo risco associado ao retrabalho mediante planilhas eletrônicas que fragmentam e fragilizam a eficácia dos controles internos planejados para a operacionalização de seus objetivos sociais.

Para suprir aludido risco, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações contábeis. Por conseguinte, considerando as oportunidades de melhorias para o ambiente de tecnologia, governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças, consideramos os controles aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.2) Provisão para perdas sobre as operações de crédito (Nota Explicativa nº 07)

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 07, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 571.339 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 104.300 mil. Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Efetuamos uma releitura dos controles internos implementados a fim de atualizar-mos em relação ao desenho, funcionamento e níveis de compliance aportados aos processos mais relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 07 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração do Banco é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o

cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 11 de março de 2021, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 10 de março de 2022.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES
CNAI 4850

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
DATA BASE 31.12.2021

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria foi instituído no BANDES em outubro de 2018 em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Estatuto Social da instituição. Entrou em funcionamento observando ainda o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/2004 e seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de junho de 2018.

O Comitê é órgão estatutário com funcionamento permanente, composto por três membros, em maioria, independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

O Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração e desempenha suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são realizadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da instituição, na qualidade de eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na avaliação da efetividade dos trabalhos das auditorias interna e da independente.

A Administração do BANDES é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Contábeis, pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e legislação aplicável.

O BANDES define em seu Estatuto Social que o Comitê de Auditoria acumula as atribuições previstas pela lei nº 13.303/2016 para que um comitê estatutário verifique a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, chamado Comitê de Elegibilidade.

2. ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria realizou seis reuniões ordinárias no segundo semestre de 2021 e treze no ano, com pautas específicas previstas em seu plano de trabalho. Nestas reuniões, estiveram presentes representantes das diversas áreas da administração, da gestão de risco, controles internos e da contabilidade, e quando pertinentes, foram feitas recomendações de melhoria nos processos, além de acompanhamento de ações em desenvolvimento.

Quanto à atribuição do Comitê de Elegibilidade, não houve reunião no segundo semestre de 2021, mas no ano foram realizadas cinco reuniões para análise da documentação dos candidatos indicados à Diretoria Executiva, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, para acompanhar o Relatório de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria - Follow Up, conhecendo os apontamentos de auditoria e as ações corretivas apresentadas. Aprovou a alteração do Regulamento de Auditoria Interna, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração e ainda tomou conhecimento da alteração no planejamento dos trabalhos para o ano e analisou os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

O Comitê avaliou positivamente a qualidade e efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna.

Quanto à Auditoria Independente, o Comitê analisou os resultados dos trabalhos e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, cujos relatórios foram apresentados sem ressalvas.

O Comitê avaliou como adequada a independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

4. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

O Comitê analisou os relatórios de atividades semestrais da Ouvidoria e do Canal de Denúncias, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê analisou o Relatório Semestral das transações com partes relacionadas realizadas pelo BANDES e concluiu que foram realizadas de acordo com a Política de Transações com partes relacionadas e demais situações de conflito de interesse. Não foram identificadas violações aos normativos que regem o assunto.

6. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Como parte do programa de trabalho, o Comitê avalia a qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos da instituição. Analisou os principais processos e julgou positivamente os esforços que estão sendo empreendidos para melhoria da estrutura de controles internos da organização.

O Comitê analisou os relatórios integrados de riscos elaborados trimestralmente pela área de riscos da instituição e não identificou a existência de riscos que pudessem impactar, de alguma forma, a elaboração das demonstrações contábeis.

Acompanhou, ainda, a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.

7. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS E CONTROLES INTERNOS

O Comitê de Auditoria considera que, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, e nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, não foram apontadas ocorrências que implicassem no descumprimento da legislação e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê manifestou-se favoravelmente quanto aos procedimentos empregados no processo de preparação das demonstrações contábeis, das notas explicativas, relatórios financeiros e da administração referentes ao 2º semestre e exercício de 2021, enfatizando a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e o regimento do Banco Central do Brasil. Analisaram as Demonstrações Contábeis, o Relatório da Administração e parecer final dos auditores independentes, sem ressalvas, e opinaram, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração.

9. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria e Elegibilidade do BANDES, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em decorrência de avaliações fundamentadas nas informações recebidas pela Administração, Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento dos controles internos e riscos, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, declara que não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da Instituição, bem como afetar a confiabilidade de suas Demonstrações Contábeis auditadas, relativas ao 2º semestre e exercício de 2021. Com base nessas considerações, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES relativas ao exercício de 2021.

Vitória (ES), 14 de março de 2022.

RODOLFO AMORIM DE ANGELO
Coordenador

FLAVIA FARDIM ANTUNES BRINGHENTI

KAYO ALVES RIBEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das demonstrações contábeis relativas ao 2º semestre e exercício social de 2021, devidamente auditadas pela AUDIMEC - Auditores Independentes S/S, conforme Relatório de 10.03.2022, sem ressalvas. Concluiu que os citados documentos, examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, apresentam adequadamente em

seus aspectos relevantes, a posição econômica, financeira e patrimonial do BANDES, e, opina pela sua aprovação.

Vitória (ES), 15 de março de 2022.

MARIO STELLA CASSA LOUZADA
Presidente do Conselho Fiscal